

JOSÉ FILIPE PINTO

ESTADOS
DESUNIDOS
DA EUROPA

A Hora do Futuro

EDIÇÕES SÍLABO

À Gina, por tudo!

«A União Europeia começa tardiamente a descobrir que tem circunstância, talvez, até agora, o único efeito benéfico do primeiro capítulo em curso da eleição americana»

Adriano Moreira, 2019, p. 302

Estados Desunidos da Europa

A Hora do Futuro

JOSÉ FILIPE PINTO

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/CPO/4563/2016.

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



FICHA TÉCNICA:

Título: Estados Desunidos da Europa – A Hora do Futuro

Autor: José Filipe Pinto

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, março de 2020.

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Depósito Legal: 468663/20

ISBN: 978-989-561-047-1



Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Prefácio	7
Introdução	15
Capítulo 1	
<hr/>	
A indefinição original e intencional	47
As abordagens teóricas ao processo de integração europeia	48
Federalismo <i>versus</i> organização intergovernamental	56
Capítulo 2	
<hr/>	
Um projeto sempre em construção	67
O estado atual da União Europeia	68
Spitzenkandidat: modelo para valer?	93
Capítulo 3	
<hr/>	
Ameaças e desafios à União Europeia	101
O regresso dos nacionalismos	102
O terrorismo	110
O exército comum europeu	122
O populismo nos estados membros da União Europeia	135
O populismo dito de direita na União Europeia	146

O populismo dito de esquerda na União Europeia	151
O novo populismo 2.0	158
A presença populista no Parlamento Europeu em 2014	165
O populismo entre as duas mais recentes eleições para o Parlamento Europeu	174
O populismo no Parlamento Europeu depois de 2019	184
Capítulo 4	
<hr/>	
Cenários a curto e a médio prazo	197
União Europeia: um conceito com conceções diferentes	198
A reforma da Zona Euro	203
Os cenários de Juncker e dos herdeiros de Schuman e de Monnet	209
Cenários de futuro: idade média, reforma, iluminismo ou renascimento?	233
À guisa de conclusão	239
Referências	247
Bibliografia	259

Prefácio

Se alguém me pedisse uma obra com uma visão global e analítica sobre a União Europeia não hesitaria em recomendar este livro do Professor José Filipe Pinto. E não o faria por ser seu amigo e por colaborarmos muito de perto na Universidade há cerca de oito anos. Não. Indicaria o livro porque se trata de uma obra riquíssima, actual e completa em informação e reflexões sobre as grandes questões com que hoje se confronta a União. Diria que é um excelente balanço do «estado da arte» com objectivos prospectivos. As grandes questões estão tratadas de forma exaustiva: a génese remota e o desenvolvimento do processo de construção da União; a arquitectura institucional; os modelos que têm estado em confronto no processo e os possíveis modelos para uma futura reconfiguração institucional e política em linha com os desafios actuais (por exemplo, a posição dos federalistas que se inspiram em Altiero Spinelli) e como resposta à crise que a União está a viver; o mapeamento exaustivo das forças internas que poderão determinar uma grave regressão do processo (os soberanistas e os populismos de diversa inspiração); a questão da segurança e a gestão de uma política migratória e de refugiados ou a questão da cidadania europeia – todos temas tratados analiticamente de forma exaustiva, informada, competente, rica e tecnicamente equilibrada.

1. O autor, Professor Catedrático da Universidade Lusófona, com agregação em Ciência Política, na Faculdade que tenho a honra de dirigir, assume uma posição de fundo que poderia identificar como de pendor constitucionalista, temperada por assunções de natureza intergovernamental, assumindo que a diversidade das identidades nacionais e regionais enriquece um projecto que seja constitucionalmente enquadrado e apoiado numa cidadania europeia que cimente um autêntico «patriotismo constitucional». Não se esquece, pois, de reflectir sobre o

excelente ensaio onde Juergen Habermas tenta fundamentar tecnicamente a compatibilização entre cidadania europeia e identidades nacionais. Não é um federalista, mas encara como vantajoso um percurso institucional que evolua para uma União Constitucional, na linha do que propõe Habermas.

2. Ponto firme no seu discurso é que se vive uma grave crise na União devida sobretudo à incapacidade de o *establishment* político responder às expectativas de uma *nova cidadania* que está a emergir. Incapacidade que está a alimentar uma onda de populismo soberanista que, no final, acabará por provocar uma forte regressão no processo de construção da União. Sobre este aspecto, e prosseguindo nos estudos a que, há anos, se vem dedicando, JFP dá-nos neste livro, em várias dezenas de páginas, um panorama exaustivo dos populismos europeus, não só através da sua descrição factual e da sua caracterização conceptual, mas também dos previsíveis efeitos que a sua presença no Parlamento Europeu, no Conselho Europeu e no Conselho da União poderá, num futuro próximo, vir a produzir. Não é por acaso que o autor dedica tantas páginas ao tema do populismo. Fá-lo essencialmente por duas ordens de razões: por um lado, pela relevância política que estes movimentos estão a conhecer, estando já no poder em alguns países da União ou tendo conseguido um consistente consenso eleitoral noutros países; por outro lado, porque, na verdade, e apesar de alguma moderação tática, eles têm agendas soberanistas que, a longo prazo, representarão uma pura e simples recusa da União. O Brexit será sempre uma eficaz vitamina para uma visão desta natureza. Mas há ainda outra razão: porque do sucesso destes movimentos se pode avaliar as insuficiências dos sistemas de partidos, em particular dos maiores partidos do *establishment* ou da chamada alternância entre os partidos nucleares dos diversos Estados-Membros. Ou seja, este fenómeno explica muitas coisas que são decisivas para a União, dado que aqui se intensificam e agudizam as dificuldades que o *establishment* já conhece a nível dos Estados-Membros.

3. Esta é uma questão de fundo que envolve a natureza da política actual, o problema da representação política nas próprias democracias nacionais, a questão das migrações, em particular, a dos refugiados, a mudança profunda que se está a verificar na natureza da cidadania, as

insuficiências dos modelos de partidos e dos sistemas de partidos, a redução da política e da hegemonia à luta pelo acesso meramente instrumental ao poder e à governança, os efeitos da globalização, em todas as suas dimensões, para não referir o impacto das novas potências emergentes, a fragmentação geoestratégica do poder, a par de um perigoso ressurgimento da lógica de império dos Estados Unidos, e a emergência das TICs e das redes sociais como revolução na comunicação, no acesso ilimitado ao espaço público e na globalização de processos.

E se é verdade que tudo isto está a acontecer, alterando modelos e processos, que a crise da política e da representação é um facto incontestável no plano do Estado-Nação, também é verdade que ela se repercute com maior intensidade e complexidade num espaço político, social e económico-financeiro em construção como a União. E não só porque ela não dispõe de mecanismos tão completos e eficazes como os dos Estados-Membros, mas também porque não dispõe de legitimidade e de liderança política tão directas, claras e eficazes, exibindo, pelo contrário, uma diversidade de sensibilidades que não ajudam à resolução da crise, ao mesmo tempo que está sujeita a pressões exógenas muito intensas e para as quais não consegue obter respostas consensuais e eficazes, como no caso das migrações e dos refugiados. E ainda porque hoje já não se trata somente de uma crise de governo deste espaço político, mas sobretudo porque se trata de escolher com clareza o caminho a prosseguir, o modelo que melhor possa responder não só à crise, mas também ao futuro, deixando para trás definitivamente tendências regressivas que ponham em causa as enormes conquistas que a União obteve, desde o seu modelo social até aos progressos civilizacionais que a colocam no topo do progresso humano, garantindo ao mesmo tempo essa mesma paz que lhe está na origem.

Ou seja, os problemas que hoje afligem as democracias nacionais afligem ainda mais um espaço político supranacional que tem no seu seio, mesmo no plano institucional, forças centrífugas que não ajudam ao processo de integração política. O caso do Brexit é exemplar, como disse. Os dois referendos (na França e na Holanda) que impediram que o Tratado Constitucional entrasse em vigor, também. E é aqui que se cruzam os caminhos da crise e das soluções institucionais para a sua resolução. Que, no essencial, são duas, como posições de fundo, a funcionalista e a constitucionalista, embora o articulado global da

estrutura institucional a reconfigurar esteja a ser objecto de complexas e diversificadas propostas analíticas, como se lê neste livro.

4. No essencial, e complementando as minuciosas e atentas análises do autor, eu diria que há questões de fundo que respondem aos principais problemas que atingem a União e que se torna necessário enfrentar.

Em primeiro lugar, a cidadania europeia: uma clara definição do que é a cidadania europeia; a demonstração de que ela é possível porque há valores e princípios comuns, património radicado numa tradição milenar partilhada; os avanços significativos na mobilidade no território (Schengen) e nos processos de promoção desta mobilidade (os programas Erasmus e a circulação por motivos de trabalho) e uma forte permeabilidade da cidadania europeia; a compatibilidade da ideia de cidadania supranacional com identidades nacionais e regionais; a existência de mundividências constitucionais convergentes no sentido de um comum património ético-político e cultural. Condições, portanto, que garantem a consolidação de uma cidadania europeia capaz de integrar no seu seio identidades que politicamente se inscrevam numa mesma matriz constitucional, no sentido do chamado «Verfassungspatriotismus». Um «patriotismo constitucional» que seja a moldura onde cabem todas as identidades europeias e onde se inscreva a cidadania europeia.

Em segundo lugar, conexas com esta ideia, a questão da liderança política da União, a que o autor se refere muito particularmente quando analisa a questão do Spitzenkandidat, um primeiro passo para a identificação de uma liderança política legitimada pelo voto e eficaz aglutinadora de concretas sensibilidades políticas. Mas este é um problema mais fundo, já que provavelmente deverá implicar medidas estratégicas que, por um lado, liguem mais directamente a liderança política europeia à cidadania (por exemplo, a eleição por sufrágio directo e universal do PE foi isso que, no fundo, significou, tal como a adopção exclusiva de listas transnacionais poderia representar um reforço deste significado) e, por outro lado, permitam uma reconfiguração político-institucional da União que confira efectivo poder a quem decide, suportando-o num amplo *processo deliberativo* institucionalizado a nível da cidadania europeia.

Em terceiro lugar, a integração institucional da diversidade europeia, nacional e regional, através de uma segunda câmara, neste caso, um Senado paritário (que o autor também refere) que integre nações e regiões e que se constitua como forte antídoto à captura nacionalista e regionalista, dando voz europeia em particular às regiões, ou seja, dando um salto qualitativo em relação ao Comité das Regiões Europeu.

Em quarto lugar, uma evolução no sentido do reforço da capacidade legislativa do PE e da respectiva relação com o executivo, tornando-o um verdadeiro órgão legislativo.

Em quinto lugar, um repensamento da posição do Conselho de Ministros no complexo institucional da União, sem deixar de reconhecer a sua importância como sensível órgão moderador do processo de construção europeia.

Em sexto lugar, e ligada com o ponto anterior, uma redefinição das relações entre os órgãos legislativos nacionais e o PE.

5. Estas questões, analisadas ao longo do livro pelo autor, devem, de qualquer modo, estar subordinadas à ideia central de legitimidade política das lideranças, mas também à real eficácia política da União quer para dentro do próprio espaço político quer para fora, no plano da política internacional, onde a União detém uma real influência, pela sua dimensão e pela sua centralidade política, económico-financeira, tecnológica, cultural e científica. Trata-se de um reforço que poderá significar muito na harmonização e na regulação das relações internacionais numa época de crescente multilateralismo.

Mas, como já se percebeu, a principal questão é a da relação entre a cidadania e a liderança política da União. Ou seja, a verdadeira questão é a da política, pura e dura. A mesma que se põe para as democracias nacionais em crise de representação e que identifico como relação desajustada entre uma cidadania que conheceu uma profunda mudança na sua natureza e a estrutura institucional do Estado e os sistemas de partidos, que, no essencial, se têm mantido pouco abertos e sensíveis à mudança. No plano nacional, este problema tem sido atacado com soluções de democracia directa (por exemplo, com referendos) ou com democracia participativa e democracia social. O diagnóstico tem identificado na partidocracia e na globalização os principais problemas do sistema, a que não são estranhas as pressões exógenas vindas das peri-

ferias do desenvolvimento. Mas, entretanto, tem ganho cidadania a ideia de *democracia deliberativa*, que é aquela que procura responder precisamente ao déficit nas relações entre a cidadania e a estrutura institucional do Estado. E ela corresponde à exigência de mais política, ao contrário das forças conservadoras que desejam menos política e mais *management*. Porque é aqui que reside o problema na política, na questão da legitimidade e na questão da hegemonia, em sentido gramsciano. Ou seja, o que se verifica é uma necessidade de sair da lógica daquilo a que Pierre Musso chama a colonização do Estado e da política pela lógica da empresa, a industrialização da política, a passagem do governo para a governança, a política como mero *management*. E o que é curioso é que se esta lógica se faz sentir com intensidade ao nível do Estado-Nação ela é ainda mais intensa ao nível da União, onde as críticas têm vindo a ser centradas na tecnocracia de Bruxelas, nos tecnocratas descolados da realidade de uma cidadania europeia. Junta-se, pois, aos problemas identificados pelo autor, e acima resumidos, uma visão política desta natureza tão pouco adequada à resolução da crise. Diria mesmo que se é verdade que os protagonistas nacionais só vêm na Europa o que na Europa possa de imediato servir para o seu próprio país, também os chamados eurocratas só vêm os países como terreno onde as suas idiosincrasias (desfasadas da cidadania) possam ser aplicadas. Entre uns e outros, um imenso deserto. Não foi por acaso que o homem do *Manifesto do Ventotene*, Altiero Spinelli, fez um combate intenso e regular junto da opinião pública europeia contra o domínio das diplomacias nacionais no processo de construção europeia. Diplomacias que, em boa verdade, tomaram conta do tal espaço desértico entre a eurocracia e as instituições nacionais.

A crise e os desafios são, pois, muito vastos, tornando-se necessário convocar o conhecimento para agir. E essa é a obrigação das formações políticas que consideram que o processo de construção europeia é necessário, não pode regredir e tem futuro. Mas também que esta é uma questão de política e de visão do mundo que requer experiência e determinação, certamente, mas sobretudo conhecimento analítico e sabedoria. E é isso que este livro nos dá, uma base fundamental para fazer um útil e fundamentado balanço do processo europeu, essencial ao futuro da União. E se é verdade que este combate deve começar ao nível da União, não é menos verdade que ele deverá intensificar-se no

terreno político próprio dos Estados-Membros. Não na lógica do combate ao inimigo «externo», mas no plano interno das próprias forças políticas, através de uma profunda reforma dos procedimentos e da sua reconfiguração política, tornando possível reconquistar a confiança da cidadania. Só com este duplo combate será possível derrotar o soberanismo retrógrado e lançar as bases para uma União politicamente eficaz e integradora, mas também influente protagonista no plano mundial.

João de Almeida Santos

Professor Catedrático e Diretor da FCSEA da ULHT

Introdução

O europeísmo é um fenómeno antigo e «o ponto crítico do arranque talvez possa ser estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494» (Moreira, 2007, p. 137). Um europeísmo que se viu obrigado a conviver com dois desviacionismos internos – o norte-americanismo e o soviétismo – antes de ver a sua versão expansionista entrar em disfuncionamento e dar lugar a uma nova realidade iniciada no final do segundo conflito mundial e de que a União Europeia, enquanto nível mais elevado de integração regional, constitui exemplo.

Um processo que representa uma empresa «colossal e original» (Burgess, 2007, p. 230), atendendo à inexistência de experiência anterior no que concerne à formação de uma federação ou união federal simultaneamente multinacional, multicultural e multilinguística. Algo que Weiler (2017) designa como uma conquista única e nobre, a par da Revolução Francesa, da civilização europeia.¹

Quando, ainda nos escombros da Segunda Guerra Mundial, alguns países da Europa Ocidental investiram numa política de cooperação, a motivação deveu-se, segundo Habermas (2001, p. 7), a dois propósitos imediatos. Por um lado, pôr fim à histórica luta sangrenta entre nações europeias e, por outro, conter a potencial ameaça resultante da recuperação da Alemanha pós-fascista. Um receio sustentado na experiência pós-Primeira Guerra Mundial. A memória chamada a lembrar que, no fim de um conflito armado, existe a possibilidade de os vencidos assinarem o acordo de paz apenas como um armistício temporário.

Porém, o mesmo autor fez questão de chamar à colação um terceiro elemento, a dimensão económica, aquela que é, por norma, apresentada como a causa principal para o movimento integrador. Uma forma de inventariar tudo o que possa ser visto como aglutinador. Algo que Moreira (2007, p. 143) sistematizou «na convicção de que os países

européus têm interesses tão interdependentes e modelos culturais dominantes tão comuns, que nenhuma ação política pode ter êxito sem uma integração que acabe com as frequentes guerras civis do passado». Guerras civis em que também estão incluídas aquelas que a História designa como mundiais, uma vez que, se assumiram essa dimensão pelos efeitos, foram europeias no que concerne às causas.

Voltando a Habermas, diga-se que considerou os pais fundadores da Comunidade Económica Europeia como a primeira geração de «dedicados Euro-federalistas».² Uma afirmação assente nas palavras de Schuman que viu a formação da Comunidade do Carvão e do Aço como um primeiro passo «na federação da Europa», ou seja, o início de um processo que conduziria à realização da primeira fundação concreta de uma Federação Europeia indispensável para a preservação da paz.³ Por isso mesmo, e dando razão a Habermas, não se esqueceu de frisar que era preciso eliminar o conflito intemporal entre a Alemanha e a França.

Uma declaração na qual Weiler (2017, p. 17) identifica uma característica «messianica», tanto na sua retórica como na substância. Daí o uso de uma linguagem «ceremonial and “sermonial” with plenty of pathos (and bathos)»⁴

Voltando à questão que se prende com a qualificação de «dedicados Euro-federalistas», o uso do adjetivo talvez não tenha acautelado suficientemente que Jean Monnet (1955), apesar de ter escrito o livro *Les États-Unis d'Europe ont commencé*, no qual lembrou que tinha afirmado, em 1943 em Argel, que não haveria paz na Europa se os Estados se reconstruíssem com base na soberania nacional porque eram demasiado pequenos para assegurarem aos seus povos a prosperidade, e de ter falado numa «Federação ou entidade europeia que os converta numa unidade económica comum», ou, ainda, de ter mencionado a palavra «supranacional» mais de uma vez no discurso inaugural da CECA,⁵ tinha uma visão prospetiva sobre o projeto europeu que não coincidia totalmente com a posição de Altiero Spinelli, um federalista convicto que se juntou a Ernesto Rossi e Eugenio Colorni para recuperar a ideia de Einaudi, que vinha de 1918 e que viria a ser plasmada no Manifesto de Ventotene, publicado em 1941, sobre uma Europa livre e unida.⁶

Um manifesto que, como Santos (1992, p. 91) afirma, foi incluído no volume *Problemi della federazione europea*, de Altiero Spinelli e Ernesto Rossi, publicado pelo Movimento Italiano para a Federação Europeia (MIFE), em 1944. Um livro em cujo prefácio, da responsabilidade de Colorni, se podia ler que todos os aderentes estavam de acordo em defender «os princípios fundamentais de uma livre federação europeia, não baseada em qualquer tipo de hegemonia, nem em ordenamentos totalitários, e dotada daquela solidez estrutural que não a reduza a uma simples Sociedade das Nações».

É fácil constatar que o MIFE não estava interessado em repetir o erro da Sociedade das Nações (SDN). O pecado original que não tinha evitado o regresso às armas. Algo que deverá, igualmente, ser tido em conta no atual processo integrativo europeu, pois, como Moreira (2011, p. 120) aconselha, «uma avaliação dos erros cometidos deve anteceder a avaliação dos erros que não podem ser repetidos para assim salvaguardar o direito e capacidade de construir um novo futuro europeu».

Para que o novo processo não ficasse marcado pela indefinição, Colorni fez questão de explicitar aquilo que designava por princípios. Uma designação que talvez fosse preferível ser substituída por «ações», pois os pontos elencados foram os seguintes: «exército único federal, unidade monetária, abolição das barreiras alfandegárias e das limitações a emigração entre os Estados pertencentes à federação, representação directa dos cidadãos nas assembleias federais, política externa única». Desideratos que foram sendo atingidos ao longo dos anos, embora não exista ainda um exército único, malgrado a responsável europeia pela segurança, defesa e relações internacionais ter declarado, a chorar, a necessidade desse exército, «sem ninguém tornar claro que não estão previstos recursos orçamentais para acudir à confessada fraqueza do Frontex, e que, na mesma data, o Brexit do Reino Unido, a concretizar-se, leva com ele o maior exército e a maior esquadra de defesa autónoma europeia» (Moreira, 2019, p. 38).

Na realidade, apesar do historicamente reduzido entusiasmo britânico no que concerne à Política Comum de Defesa e Segurança, não pode ser olvidado o seu contributo em termos humanos e materiais para a defesa europeia, pois o Reino Unido e a França eram os dois únicos membros da União Europeia que dispunham de capacidade nuclear autónoma e de doutrina tendo em vista a utilização da sua capacidade

militar. Um aspeto muito importante. Basta recordar que os cientistas que tornaram possível a utilização militar da energia atómica se sentiram na necessidade de avisar o Presidente dos EUA para não usar essa capacidade. Um aviso não escutado como os japoneses de Hiroxima e Nagasaki viriam a sentir na pele.

Em 25 de fevereiro de 1953, o General De Gaulle, ao pronunciar-se sobre a questão do exército europeu, afirmou que «para que haja um exército europeu, ou seja o exército da Europa, primeiro é preciso que a Europa exista, enquanto entidade política, económica, financeira, administrativa e, acima de tudo, moral, que esta entidade esteja bem viva, estabelecida, reconhecida para conseguir o lealismo congénito dos seus súbditos, para ter uma política que lhe seja própria e para que, se for caso disso, milhões de homens estejam dispostos a morrer por ela» (Aron, 2007, p. 238).

Como se percebe, para o Presidente francês o exército comum não representava uma prioridade a curto ou a médio prazo. Uma temática que merecerá desenvolvimento posterior. Por agora assinale-se apenas duas curiosidades. A primeira tem a ver com o facto de ter sido um outro Presidente francês, Mitterand, que juntamente com Kohl, lançaram «em 1991, o projeto de uma grande unidade militar conjunta», sendo que esse «Eurocorpo militar, em 22 de novembro de 1993 deixou de ser a força maioritariamente franco-alemã criada em maio de 1992» (Moreira, 2008, p. 471). A segunda prende-se com a circunstância de, na atualidade, ser outro Presidente da França, Emmanuel Macron, o grande paladino da ideia. Um exemplo de que, como Ortega y Gasset teorizou, o homem é também a sua circunstância.

Voltando às diferenças entre os pais fundadores diga-se que era bem conhecida a oposição de Spinelli ao «modelo Monnet», ou à «via funcionalista», uma vez que acreditava que o sucesso do projeto europeu passava pelo estabelecimento de instituições comunitárias fortes. Uma forma revisitada, ainda que noutra contexto, do pensamento de Lord Acton que defendia que, por norma, era o Estado que construía a Nação. Uma afirmação relativa a um tempo em que o termo «Nação» já não tinha o sentido que Habermas (1994, p. 22) encontrou no Império Romano, ou seja, povos e tribos que não estavam organizados em associações políticas. Na realidade, só no século XVIII, designada-



JOSÉ FILIPE PINTO, Vice-Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e *Fellow of Social Science Research Council of Open Association of Research Society (USA)*. Professor Catedrático na ULHT e Investigador-Coordenador do CICPRIS. É Diretor do Mestrado em Sociologia e Economia do Trabalho e da Licenciatura em Sociologia. Foi Diretor dos Mestrados em Ciência Política, Cidadania e Governação e em Diplomacia e Relações Internacionais e da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais. Publicou 14 livros, 6 capítulos, mais de 4 dezenas de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais e várias centenas de artigos de opinião.

A União Europeia vive momentos difíceis. Sonhada para acabar definitivamente com a Europa sangrenta e erguer-se como farol da Humanidade enfrenta ameaças que colocam em risco a sua sobrevivência e o seu futuro.

Neste livro o autor apresenta as ideias que presidiram à formação da Comunidade, analisa a sua evolução, perspectiva o seu futuro debruçando-se sobre os contributos de personagens marcantes e identifica as ameaças internas e externas que pairam sobre a União.

Assumindo a construção do futuro como uma tarefa difícil, não deixa contudo de nele acreditar, afirmando que para iluminar o Mundo a União Europeia terá de se iluminar primeiro a si própria.

“ Se alguém me pedisse uma obra com uma visão global e analítica sobre a União Europeia não hesitaria em recomendar este livro do Professor José Filipe Pinto.

[...] Indicaria o livro porque se trata de uma obra riquíssima, atual e completa em informação e reflexões sobre as grandes questões com que hoje se confronta a União. Diria que é um excelente balanço do «estado da arte» com objetivos prospetivos. As grandes questões estão tratadas de forma exaustiva: a génese remota e o desenvolvimento do processo de construção da União; a arquitetura institucional; os modelos que têm estado em confronto no processo e os possíveis modelos para uma futura reconfiguração institucional e política em linha com os desafios atuais... ”

João de Almeida Santos

